

PRODUÇÃO DE DOUTORES NA ÁREA DE HUMANIDADES: EXCESSO OU MÁ DISTRIBUIÇÃO?

Ana Paula Hey

Professora da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

Afrânio Mendes Catani

Professor da Faculdade de Educação da USP

Para entender o grande aumento na formação de doutores no país, deve-se considerar que inexistente correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado são esferas sociais autônomas, reguladas de forma distinta e com lógicas de funcionamento próprias. O aumento dos concluintes no ensino médio e o acesso às IES de grandes contingentes de alunos vão elevar o patamar dos atuais 3.000 doutores/ano em humanidades. Não cremos em excesso de doutores; há que se pensar na distribuição (regional) destes titulados para fortalecer as instituições e elevar a cultura científica em todo o território nacional

A Capes classifica o conhecimento em nove grandes áreas (Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar), cada uma com vários campos disciplinares correspondentes. Neste artigo abordaremos a produção de doutores em humani-

dades que, em nossa classificação, englobaria as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Nos anos 1970, quando a pós-graduação no Brasil começa a se institucionalizar, o cerne da formação estava na titulação de mestres e doutores para o fortalecimento do sistema universitário e das funções de Estado. Para a consolidação de um sistema de formação de acadêmicos e de pesquisadores observa-se a criação de

um aparato institucional garantido pelo Estado brasileiro, ao lado de uma política nacional de formação de cientistas no país e no exterior e da constituição de centros de pesquisa nacionais. Nesse sentido destacam-se a Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). As duas primeiras ficam responsáveis pela formação e aperfeiçoamento de docentes do ensino superior e pela

política na área, sendo a última mais voltada ao financiamento das áreas tecnológicas. Em São Paulo, financiada pelo governo do Estado, há a Fapesp, instituída em 1962.

No Brasil há cerca de 316 mil professores universitários, dos quais 70 mil são doutores e 115 mil mestres. Destes doutores, 56 mil vinculam-se ao modelo institucional de universidade, estando 42 mil nas públicas. Tais dados indicam que existe grande contingente de professores que ainda não são doutores vinculados às instituições de educação superior (IES) em seus diferentes formatos institucionais (universidades, centros universitários, faculdades etc.). Deve-se considerar que na área de Ciências Humanas, que abarca Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais, Sociologia, Teologia, a realização do curso de doutorado direcionava seu portador à carreira docente e à realização de pesquisa acadêmica, em instituições públicas (principalmente) e privadas, através do ingresso por concurso. Ou seja, a formação esteve voltada à reprodução de quadros. Isso ocorria também em vários segmentos da área de Ciências Sociais Aplicadas (carreiras de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Serviço Social, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia e Planejamento Urbano e Regional) e na de Linguística, Letras, Artes e Música.

A partir dos anos 1990 é visível grande mudança nas taxas de formação de doutores em todas as áreas do conhecimento: de 1998 a 2006

Número de doutorandos no Brasil – 1998-2006

Área	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística	Total de Humanidades	Total de todas as áreas	% Humanidades em relação ao total
1998	653	281	167	1101	3949	27,88
1999	755	336	226	1317	4853	27,13
2000	892	441	257	1590	5335	29,80
2001	1025	478	322	1825	6040	30,21
2002	1139	613	393	2145	6894	31,11
2003	1286	736	415	2437	8094	30,10
2004	1329	755	452	2536	8112	31,27
2005	1495	813	496	2804	8989	31,19
2006	1503	890	617	3010	9365	32,14
Total no período				18.765	61.631	

Fonte: CAPES

houve aumento de 237% (de 3.949 para 9.365) de novos titulados, enquanto em humanidades o incremento foi de 273% (de 1.101 para 3.010). Em números relativos, tem-se o aumento gradativo (pouco mais de 4%) dessa última área em relação ao total de titulados, o que indicaria a paridade de quase 1/3 de titulados em nível de doutorado nesse domínio em relação aos demais.

Nas décadas de 1970 e 1980, e em boa parte dos anos 1990, a carreira docente nas universidades públicas do Estado de São Paulo estruturava-se em seis níveis, dos **auxiliares de ensino** (matriculados em programa de pós-graduação em nível de mestrado) ao cargo de **professor titular**, obtido em concurso público de provas e títulos, representando o ápice de trajetória exitosa em um campo de conhecimento. No meio da carreira estava o cargo de **professor**

assistente-doutor. Para ocupá-lo, era necessário ter concluído e defendido tese de doutorado. Em Humanidades, por exemplo, eram raros os casos inferiores a oito ou dez anos para possuir o título de *doutor* — hoje, com a carreira docente modificada, é o degrau inicial; todos os concursos exigem dos candidatos a posse desse título. O *Anuário Estatístico da USP 2007* é significativo a respeito: dos 5.358 professores da instituição em 2006, 4.368 enquadravam-se no regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, e 96,66% eram doutores (apenas 179 não possuíam o título).

Nas universidades federais, o doutorado transforma seu detentor em professor adjunto, penúltimo degrau da carreira. Parcelas significativas do corpo docente encontram dificuldades para conquistá-lo, em especial em instituições (ou *campi*) distantes dos centros hegemônicos. Há “fila

de espera” e prioridades, pois as saídas para a qualificação dos docentes levam em conta as necessidades de serviço, sob a pena de desfalcar por completo o quadro efetivo das IES. Situação semelhante ocorre em dezenas de universidades estaduais e, em alguns casos, a situação é ainda mais grave naquelas criadas há pouco.

Em entrevista à *Pesquisa Fapesp* (n. 143, p. 10-15, janeiro de 2008), Léa Velho declara que os países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) produzem quase metade das riquezas do mundo, e a maioria daqueles que se tornam doutores vão trabalhar na indústria. “Não se pode obrigar uma empresa a contratar um doutor (...) Faz parte da racionalidade da empresa inovar quando ela percebe que se tornará mais competitiva e ganhará ou manterá uma posição no mercado.” No Brasil, quase como uma norma para a empresa manter-se no mercado, “é mais vantajoso comprar equipamentos ou licenciar tecnologias estrangeiras. Não é por excesso de doutores disponíveis que elas vão passar a contratar.”

As universidades públicas absorvem cada vez menos os doutores: no sistema de educação superior brasileiro há 1,2 milhão (26%) de universitários no setor público e 3,5 milhões (74%) no privado. As universidades privadas não contratam titulados com esse grau, havendo apenas a exigên-

cia legal de “1/3 do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado” (LDB, 1996, art. 52, II). Na diversidade dos formatos das IES não ocorre a correlativa absorção desses titulados, pois maior titulação significa maior custo com o docente ou a desvalorização do título. Isso assim se materializa: a) a não correspondência entre o título e o valor da hora-aula docente, já que a instituição pode estipular um plano de cargos e salários em que a titulação não é fator determinante; b) o papel secundário do título na carreira, pois a “utilidade” do professor para a instituição dependerá em

“Parcelas significativas do corpo docente das universidades federais encontram dificuldades para conquistar o doutorado, em especial naquelas distantes dos centros hegemônicos. Há ‘fila de espera’ e prioridades, pois as saídas para qualificação dos docentes levam em conta as necessidades de serviço”

maior grau de seu envolvimento com a tarefa docente (recrutar alunos, produtividade etc.) e com a política universitária local (cargos de chefia, reitorias, comissões etc.), que vai lhe conferir possibilidades de carreira e aumento de salário. Nestes casos a pesquisa deixa de assumir função protagonista, motivação inicial da realização do curso de doutorado.

A institucionalização da pós-graduação correspondeu, durante anos, ao direcionamento de seus titulados a um posto determinado no campo universitário brasileiro — em IES, em agências fomentadoras de pes-

quisa ou em instituições produtoras e reguladoras de políticas públicas para o setor. Com a autonomização do campo universitário e a configuração assumida nos últimos 20 anos, em que o setor privado representa o grosso de sua estrutura e existe uma regulamentação do mercado independente da esfera da formação em nível de pós-graduação, há também o descolamento da titulação da possibilidade de um posto correspondente, pois o jogo passa a ser dominado por outros interesses.

Desta forma, para entender o grande aumento na formação de doutores no país (e o possível excesso), deve-se considerar, sobretudo, que inexistente correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado são esferas sociais autônomas, regu-

ladas de forma distinta e com lógicas de funcionamento próprias. O aumento dos concluintes no ensino médio e o acesso às IES de grandes contingentes de alunos, aliados à implantação gradativa dos acordos de Bolonha, que já começam a ser adaptados ao Brasil, vão elevar o patamar dos atuais 3.000 doutores/ano em humanidades. Não cremos em excesso de doutores; há que se pensar, sim, na distribuição (regional) destes titulados para o fortalecimento das instituições já existentes em todo o território nacional e na elevação da cultura científica no país.